

NOÇÕES DE GENEALOGIA CIENTÍFICA.

I

A GENEALOGIA E A SUA RELAÇÃO COM AS OUTRAS CIÊNCIAS.

A Genealogia, sob hipótese alguma, é uma ciência que tenha por finalidade estabelecer as relações de um indivíduo com o número maior possível de famílias nobres, a fim de garantir àquêle indivíduo uma posição mais elevada na sociedade; ou, em outras palavras, não é uma ciência da “ vaidade ”, embora tenha sido — e ainda o é — muitas vêzes usada para tais fins; nem se diga da falsificação de documentos, etc. que a “ comprovação da descendência nobre ” muitas vêzes acompanhou.

E’ verdade que a Genealogia se ocupava até hoje especialmente com as famílias nobres, preferencialmente com as famílias dinásticas, em virtude destas famílias possuírem uma documentação histórica mais rica do que as outras famílias, o que facilita — e em muitos casos possibilita, o estudo genealógico num fundamento científico.

Aquêle estudo nos permite hoje em dia, em muitos casos, a explicação científica de acontecimentos históricos; mostramos porque certas pessoas, em determinadas situações, agiam desta e não de outra maneira, simplesmente porque o seu caráter — uma consequência de ambiente, educação e hereditariedade — as impelia para tais resoluções. E esta hereditariedade biológica, as suas origens e o seu aparecimento nos vários ramos de uma família podem ser estudados somente conhecendo a assim chamada “ árvore genealógica ” da pessoa. Mostramos como através de casamentos, do ponto de vista biológico “ infelizes ”, certas famílias entram em decadência, enquanto outras, justamente por casamentos biologicamente “ felizes ”, florescem.

A Genealogia, em muitos casos, é também uma afirmação do texto bíblico, segundo o qual “ Deus castigará os pecca-

dos dos pais até a terceira e quarta geração”, como hoje, por publicações dos últimos tempos, sabemos, vendo que a “Velha Bíblia” tem razão em muitos mais casos do que até agora supúnhamos.

O estudo da Genealogia, antes de mais nada, é naturalmente a investigação “histórica” da pessoa sob estudo. E aqui encontramos já imediatamente relações com a Biologia, pois o ato da “geração”, genealògicamente considerado, é a união de duas pessoas de duas famílias diferentes. Conseqüentemente, o “produto” daquela união recebeu heranças físicas e psíquicas, no mínimo teòricamente, relacionadas a todos os ancestrais das duas famílias. Desta maneira, torna-se aquêlê “novo indivíduo”, no seu próprio casamento, por sua vez, transmissor do conjunto de todos êstes característicos a respeito dos seus próprios descendentes.

Que regras científicas aqui agem, isto é, quais característicos e de que forma e grau de intensidade serão transmitidos, até agora não podiam ser estabelecidas com certeza absoluta. Pois as combinações possíveis são, devido ao número astronômico de ancestrais de cada indivíduo, também mais do que astronômicas, dependendo, entre outros, da situação física e psíquica dos pais no momento do ato da geração, etc., etc.

Sabemos, porém, por intermédio da Genealogia científica, que certos característicos físicos ou psíquicos se repetem dentro de uma família, porém falta-nos, infelizmente por deficiência de material documentário, na maioria dos casos, a possibilidade de estabelecer uma estatística comprovante, da qual se pudesse deduzir fórmulas exatas sôbre o grau e o número de tais “repetições”. E aqui encontramos já mais uma ciência, com a qual a Genealogia é relacionada: a Estatística, da qual, como veremos mais tarde, muitas vêzes também dependemos.

Características das mais evidentes, encontramos na História, por exemplo nos assim chamados “lábios dos Habsburgos”, ou nas conseqüências psíquicas herdadas, durante séculos, em formas diferentes às vêzes, de Joana a Louca, nas várias Casas dinásticas, que não são, em todos os casos, negativas, como também veremos mais tarde, ou na hemofilia na Espanha, Rússia, Alemanha, ou, finalmente, no famoso exemplo de John Lambert, membro da família “porco-espinho” do século XVIII (1).

(2). — John Lambert descendia de uma família muito curiosa na Inglaterra. Desde 1710 cada membro masculino desta família possuía uma crosta prêta coberta de pequenos espinhos, que cobria o corpo todo e que se renovava em cada outono. Designava-se esta família como “homens porco-espinho”, parece que por qualquer “acaso” um membro desta família adquiriu esta anormalidade...

Pela Biologia sabemos que os “gens” são os fatores da herança que resolvem o “destino biológico” das células. Influem sobre a “mutação”, uma teoria que faz parte do estudo biológico-genético, o que nos mostra como uma espécie (de plantas ou de outros seres vivos) pode ter, sob determinadas circunstâncias, a força de criar uma espécie bem diferente (dentro das normas da sua família). Não se trata de pequenas diferenças, mas de uma forma mudada, transformada ou mais desenvolvida. Entre estas novas espécies encontram-se algumas de alto valor e outras de uma deficiência completa. Dessa maneira se pode também explicar como, dentro de uma família, durante séculos absolutamente “comum” se apresenta, de repente, um gênio ou um criminoso, pois parece-nos somente certo aplicar aquela “teoria da mutação” também no terreno espiritual.

Thomas Hunt Morgan, que muito estudou o “problema da mutação” descobriu que a “mutação biológica” se explica assim: quando os pais que dão a vida ao novo ser, não combinam nas suas disposições biológicas, existe a possibilidade de que os cromosomos provoquem uma perda ou descolocação dos “gens”; e assim o novo ser será, seja no bem ou no mal, um tipo diferente. E esta “diferença” naturalmente pode manifestar-se psíquica ou fisicamente.

A medicina nos mostra, por outro lado, que “deformações físicas” também podem depender da idade dos pais. O prof. Lenz-Hamburgo demonstrou no 64.º “Congresso dos Internistas”, em 1957, certa influência da idade do pai em relação ao tamanho dos filhos, isto é, os filhos gerados por pais “velhos” já em muitos casos não alcançam o tamanho dos seus irmãos anteriores. Daí então é um só passo para a tese do Prof. Green Ermytage (Londres), que disse que quase todos os “gênios” da humanidade sofriam das faculdades mentais, eram alcoólatras, etc., e alcançaram, em regra, no máximo a altura de um metro e sessenta centímetros, e que a “fraqueza sexual” do pai em geral era uma causa importante.

A relação da Biologia Genética com a Genealogia mostra-se, naturalmente, antes de mais nada, no problema da “perda dos ancestrais” — um problema, chamado na Biologia o “cruzamento consangüíneo”, um dos mais importantes para o desenvolvimento da espécie humana. Porque uma das consequências daquele “cruzamento consangüíneo” é o aparecimento de características, sejam positivas, sejam negativas, em número

que se passou para os seus descendentes. A família, objeto de estudos de muitos professores das Universidades de então, desapareceu no fim do século XVIII. V. *Ich suche Adam*, de Herbert Wendt, pág. 302.

muito mais forte do que em “cruzamentos não-consangüíneos”. E aquêlê problema ainda ganha em importância, se nos lembrarmos de que a assim chamada “perda de ancestrais” para cada um de nós é inegável.

Agora, numa época de cosmopolitismo, aquêlê “perda de ancestrais” é muito menor do que antigamente, quando em geral os casamentos se realizavam entre os habitantes da mesma aldeia ou da vizinhança mais próxima. Antigamente, já devido à dificuldade da locomoção para distâncias maiores, os noivos pertenciam em geral à mesma vila, e em muitos casos, à mesma família. A conseqüência foi, naturalmente, um cruzamento, de certo ponto de vista, consangüíneo.

Vemos, por exemplo, que na Europa e na América do Norte — infelizmente faltam ainda dados estatísticos semelhantes no Brasil — se verifica um aumento da altura média em conseqüência de casamentos realizados entre noivos descendentes de lugares mais distantes da família de cada um. Enquanto, por exemplo, entre 1700 e 1750, em certas regiões casamentos entre pessoas de cidades **fora** de um perímetro de cem quilômetros se realizaram somente em média de 3%, no século seguinte (devido ao desenvolvimento das possibilidades de comunicações, estradas de ferro, etc.) aquêlê índice aumentava para 5%. Entre 1850 e 1900 alcançou já 20%, para atingir nos últimos 50 anos 40%, devido ao desenvolvimento dos meios de condução, seja ônibus, navio, automóvel, avião, etc. Desta maneira, a altura média das pessoas aumentava de dez centímetros e o pêso (devido às estatísticas de 200.000 partos realizados em clínicas na Alemanha e na Suíça) aumentava entre 1900 e 1940 de cêrca de 5,5%. Infelizmente, não possuímos ainda estatísticas e tabelas sôbre a influência psíquica daqueles fatôres, pois medir o espírito será sempre mais difícil do que medir a matéria, porém, também neste terreno, o mencionado fator influenciou.

Cabe aqui talvez uma observação, que, no primeiro momento, parece muito cínica, mas não deixa por isso de ter o direito de ser pronunciada: uma importância inegável do ponto de vista biológico possuíam também as invasões que a Itália sofreu durante os séculos X até XIV, por parte dos corsários que chegaram especialmente da África do Norte, ou durante o século XV, quando as tropas alemãs a invadiram, bem como as invasões dos hunos na Alemanha, etc., quando aldeias, cidades ou regiões inteiras foram “violentadas pelos bárbaros”, pois desta maneira entrou muito “sangue novo”, desfazendo, de certo modo, os constantes cruzamentos consangüíneos dentro das

aldeias ou cidadezinhas de então, dos quais falávamos anteriormente (v. também o “Direito da Primeira Noite”).

Que, por outro lado, os príncipes e a alta nobreza em geral não sofreram tão forte cruzamento consanguíneo é provado pelo fato de que justamente as casas dinásticas procuraram princesas para os seus membros dentro da nobreza européia inteira e que casamentos entre príncipes e princesas espanhóis com inglêsas, italianas, com polonesas, francesas, bizantinas, etc. eram freqüentes.

Carlos V (1500-1558) tem, por exemplo, na XIII geração de ascendência, 1609 ancestrais (em vez de teóricamente 4096), Maria Tereza da Austria (1740-1780) 569 contra 4096, Frederico-o-Grande da Prússia (1740-1786) conta com 1108 ancestrais contra 4096, etc. Precisa-se observar que o aumento de ancestrais teóricos de geração para geração desdobra o número anterior, da XII geração por exemplo de 2048 para a XIII geração em 4096, e que conseqüentemente a repetição de um só antecedente diminui o número real consideravelmente, o que veremos, mais tarde, bem claramente, em exemplos práticos de “árvores genealógicas”.

Quanto ao número teórico de ancestrais, basta calcularem-se somente algumas poucas gerações: como vimos, há pouco, a XIII geração conta com 4096 ancestrais teóricos, a XVII, isto é, quatro gerações a mais, então num intervalo de mais ou menos cem anos, constaria com 65.536 e a próxima geração com 131.072 ancestrais. E se cada um de nós voltasse na contagem dentro da sua família até a época antes de Cristo, se calculariam números astronômicos de pessoas, que nunca teriam lugar, em tempo nenhum na terra. A explicação para este fato se encontra justamente na “perda dos ancestrais” devido ao casamento dentro da própria aldeia ou na vizinhança mais próxima, de que falávamos há pouco.

O cientista alemão, Prof. Brandenburg, por exemplo, estudou a descendência de Carlos Magno (742-814) e mostrou, no seu trabalho, que até a 12.a geração, descendentes de Carlos Magno se encontraram somente na nobreza dinástica e na nobreza relativamente alta da Europa; devido ao crescente número de descendentes nas gerações posteriores, porém, quase qualquer habitante da Europa central de hoje poderia, — se isto fôsse possível com uma documentação tão rica, que infelizmente não existe — provar a sua relação com aquêlê Imperador.

Aquela perda de ancestrais — que é um dos “leit-motivs” dêste capítulo, porque ocupa um lugar de destaque no estudo

genealógico, se mostra naturalmente bem clara nas árvores genealógicas das respectivas famílias. Frederico-o-Grande da Prússia (1740-1786) do qual falávamos acima, tem a famosa Rainha Maria Stuart duas vezes entre os seus ancestrais; e Joana-a-Louca, aquela infeliz Rainha da Espanha que durante longo tempo acompanhava o cadáver do seu marido Filipe-o-Belo através do país e que viveu ainda quase 50 anos em Torde-silhas, num quarto escuro, tem uma perda de ancestrais quase fabulosa, pois na 5a. geração possui em vez de 32 somente 25 e na 6a. geração o número ainda diminui mais, pois não tem 64 ancestrais diferentes mas somente 45, uma vez que os outros se repetem, por várias vezes.

Daí a hereditariedade biológica manifestar-se nesse caso muito mais fortemente do que em pessoas com um número de ancestrais “normal”.

Se, por outro lado, consideramos a “pureza de sangue azul” entre os reis e pretendentes aos diversos tronos, Jorge VI da Inglaterra, e o Conde de Paris possuem uma “árvore genealógica” mais pura, pois ambos têm ininterruptamente 4096 ancestrais nobres. Na Genealogia do Conde de Paris somente depois destes 4096 ancestrais encontra-se o primeiro antepassado burguês, Giorolamo Mazzarini, o avô do Cardeal Mazzarino. Das outras famílias dinásticas, os chefes da Casa da Baviera e da Casa de Wettin (Saxônia) possuem o maior número de ancestrais nobres ininterrupto, isto é, mais de mil.

Consideramos agora alguns exemplos práticos a respeito de estudo da Genealogia e das conseqüências da hereditariedade biológica.

Temos, em primeiro lugar, a Genealogia dos Ptolomeus, aquela dinastia fundada pelo general macedônio de Alexandre-o-Grande, Ptolomeu, que governou o Egito durante mais ou menos 300 anos, isto é, de 310-40 a. C. Aqui encontramos um “cruzamento consangüíneo” na sua “mais perfeita” forma, com uma perda de ancestrais quase inimaginável. Ptolomeu IV casou com a sua irmã Arsinoe III e teve com ela um filho, o seu sucessor Ptolomeu V. A filha deste tornou-se em seguida esposa dos seus irmãos Ptolomeu VI e Ptolomeu IX. A próxima geração mostra o mesmo acontecimento degradante, pois Cleópatra IV casa em primeiras núpcias com o seu irmão Ptolomeu X e depois com o irmão Ptolomeu XI. Vamos agora estudar o resultado na “árvore genealógica” do filho, Ptolomeu XII:

Ptolomeu XII (81-80) a. C.	}	2) Ptolom. XI (107-88)	}	1) Ptolom. IX (146-117)	}	8) Ptolom. IV (204-181)	}	16) Ptolom. IV				
				9) Cleópatra I + 173		17) Arsinoe III, ir- mã do n.º 16						
			3) Cleópatra VI	}	5) Cleópatra III (117-89)	}	10) Ptolom. VII (181-146)	}	20) = 8	}	18) Antíoco III da Síria	
							11) Cleópatra II + 115		19) Laódice da Síria			
				6) = 4	}	7) = 5	}	12) = 8	}	22) = 8	}	24) = 16
								13) = 9		23) = 9		25) = 17
		14) = 10						26) = 18		27) = 19		
		15) = 11						28) = 8		29) = 9		
								30) = 8				
								31) = 9				

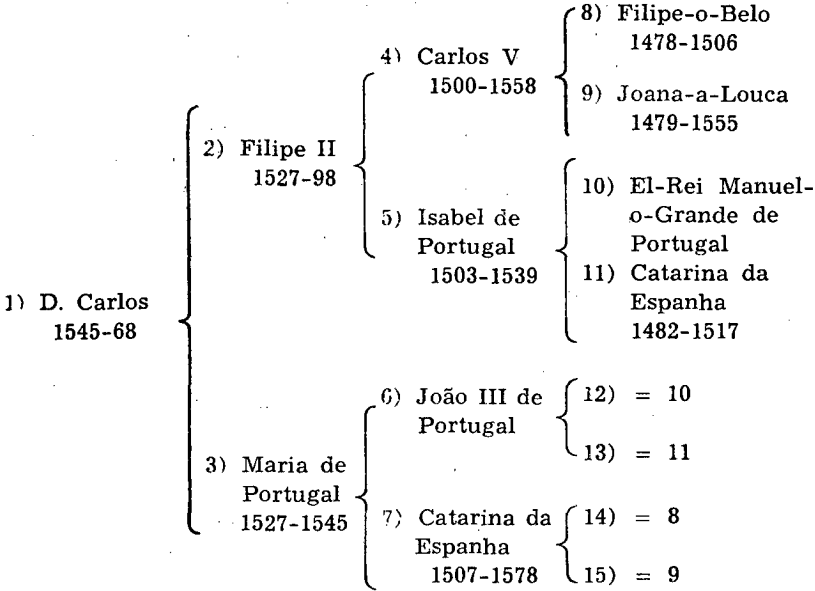
Parece que esta “árvore genealógica” mantém o recorde a respeito das “perdas de ancestrais”, pois Ptolomeu XII possuía, em vez de 32 ancestrais, somente 12, um número que nas gerações anteriores ainda diminui. E a respeito do seu caráter? Mencionamos o que um dos historiadores diz, simples e cínicamente: quando forçou a filha do seu antecessor para casar-se com êle (irmão e irmã) e matou-a pouco depois, o povo de Alexandria o assassinou.

Outro exemplo muito interessante (entre os inúmeros, que o estudo comparativo da História com a Genealogia nos oferece) apresenta a Genealogia de Dom Carlos, Infante da Espanha, comparada com a de El-Rei Sebastião de Portugal, seu primo.

Quando Dom Carlos nasceu em 1545, os auspícios para a sua vida pareciam os mais favoráveis. O pai, Filipe, tornou-se poucos anos depois, Rei do maior Império de então; com 19 anos, D. Carlos já era membro do “Grande Conselho”; três anos depois, “presidente do Conselho de Guerra”; e logo depois começou o seu fim, prêso em janeiro de 1568, morrendo poucos meses mais tarde na prisão.

A História não chegou ainda a um resultado definitivo e uniforme a respeito do caráter de D. Carlos. Sabemos, porém, que era de constituição doentia, atacado de raquitismo, com uma perna mais curta do que a outra, com um defeito da fala, que foi corrigido por uma operação, e com visível atraso no desenvolvimento físico em geral. Com certeza não foi louco, porém de um caráter muito difícil, freqüentemente dominado pela ira. Com poucos dias de idade, a sua mãe faleceu. O pai, no início, teve pequeno interesse na educação do filho, sendo mimado demais por uma tia, a qual a sua educação foi entregue. Quando o pai compreendeu o erro, já era tarde demais; as falhas não podiam ser mais corrigidas. O contraste entre pai e filho aumentava; D. Carlos foi prêso e quando queria terminar a vida por suicídio, não encontrou obstáculos. Morreu, mui prosaicamente, de excesso de comida e bebida, o que o levou a sofrer de distúrbios digestivos.

Vejamos agora a sua “árvore genealógica”:



Verifica-se uma perda de ancestrais bem grande, pois possui, em vez de oito bisavós, somente quatro. Seus pais eram primos e seu avô Carlos V, o Imperador, também é primo da esposa, Isabel de Portugal. Duas vezes descende da infeliz rainha Joana-a-Louca. Biologicamente, o material hereditário é fortemente negativo e não sofre melhoramentos por uma educação “dirigida”, que talvez poderia ter “salvado” certos aspectos.

Consideremos agora a descendência genealógica do rei D. Sebastião de Portugal (1554-1578). A tia de Dom Carlos, Joana da Espanha (não confundí-la com Joana-a-Louca), casou-se, em 1552, com o príncipe herdeiro de Portugal, que tinha exatamente os mesmos avós, e conseqüentemente, também os mesmos bisavós como D. Carlos, com a mesma perda de ancestrais. D. Sebastião, como criança, tinha um corpo delicado, mas bem formado (não foi raquítico). Porém a sua educação foi bem dirigida sob qualquer ponto de vista. O seu físico foi fortalecido por esportes e o seu desenvolvimento espiritual foi entregue ao Padre jesuíta Luís Gonçalves da Câmara. Propostas de casamento o jovem Rei as repeliu com firmeza, pois queria, se fôsse possível, ter feito as “promessas religiosas” de

pobreza, obediência e castidade. Em 1578, empreendeu uma guerra contra os Infiéis de Marrocos, do ponto de vista lendário um empreendimento heróico, politicamente considerado um plano infantil, sem os necessários recursos, do qual não voltou.

Comparando os dois príncipes, encontramos inegavelmente certas congruências no caráter e na “estrutura física”. Ambos eram delicados, porém D. Carlos raquítico, enquanto D. Sebastião poderia superar a sua “delicadeza física” através de exercícios esportivos.

Ambos eram teimosos. Uma diferença, que se explica talvez por estudos psicológicos, pois aqui os contrastes são aparentemente os maiores imagináveis, pode porém encontrar um aspecto bem diferente, se investigássemos as “experiências infantis” de ambos os príncipes neste terreno: D. Carlos queria por força casar-se, o que seu pai negou. D. Sebastião tinha uma singular “aversão” pelo casamento, cujas razões podemos só imaginar.

Interessante é também saber que ambos os príncipes perderam no ano do seu nascimento, um dos seus pais, e — estranhamente — aquêle da descendência portugêsa; e que ambos, D. Carlos tanto como D. Sebastião, morreram quase com a mesma idade.

Vamos ver, por fim, ainda uma tabela genealógica a respeito dos “hemofílicos”, descendentes da Rainha Vitória da Inglaterra.

A hemofilia encontra-se, nos últimos tempos, frequentemente entre os membros das famílias dinásticas da Europa. É uma doença que é provavelmente transmitida pelos membros femininos das famílias e que se manifesta (quase exclusivamente) na sua forma catastrófica, nos membros masculinos.

Neste século, essa doença — que naturalmente não é exclusivamente uma doença da alta nobreza — atacou o filho do último Czar da Rússia, dois filhos do Príncipe Enrico da Prússia, o Príncipe Rupprecht de Teck, dois filhos de Afonso XIII da Espanha, um irmão da Czarina da Rússia e mais dois irmãos da última rainha da Espanha. Todos êles eram netos e respectivamente bisnetos da Rainha Vitória da Inglaterra. Também o último filho daquela Rainha, o Príncipe Leopoldo de Albany, sofreu de hemofilia.

Devido ao pouco material genealógico em relação com esta doença, não se pode — por enquanto — pesquisar o caminho da hemofilia através das gerações anteriores, pois nos séculos pas-

Rainha Vitória da Inglaterra (1819-1901)
casada com o Príncipe Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha.

		<hr style="width: 100%;"/>			
		Alice (1843-1878) casada com Luís IV de Hesse- Darmstadt	Leopoldo Duque de Albany	Beatrice 1857-1944 casada com En- rico de Battenberg	
		<hr style="width: 100%;"/>			
Irene (1866-1954) casada com o Príncipe Heinrich de Preussen	Frederico 1870-1873	Alice casada com o Czar Ni- colau III da Rússia	Alice casada com Ale- xandre de Teck (1904)	Vitória Eugênia, casada com Afon- so XIII da Es- panha	
		<hr style="width: 100%;"/>			
1) Príncipe Walde- mar (1889-1945)	Alexej 1904-1918		Rupprecht 1907-1928	1) Alfonso (1907-38)	
2) Príncipe Enri- co (1900-1904)				2) Gonzalo 1914-1934	

sados os estudos médicos sôbre esta doença eram ainda tão insuficientes, que pouco se sabia a respeito. Por outro lado, uma ferida pequena, e às vêzes interna, especialmente nos primeiros anos da vida é suficiente para causar a morte, e, desde que a mortalidade infantil antigamente era muito mais alta do que hoje, em muitos casos da hemofilia se indicava, por não saber a verdadeira causa da morte de uma criança de talvez poucas semanas, qualquer outra razão.

Uma coisa, porém, se cristaliza sempre mais claramente, referente ao valor da Genealogia Científica: que ela, servindo-se de tantas outras ciências, como a História, a Biologia, a Estatística, a Criminologia, etc., podendo também servir a estas e mais outras ciências e possuindo, daí, o direito de reclamar uma cátedra no currículo universitário dos nossos dias, um fato que, aliás, já se registrou em muitas Universidades da Europa, onde a "Genealogia" é ensinada com grande sucesso.

*
* *
*

II

HISTÓRIA DA GENEALOGIA.

A Genealogia é antiqüíssima. Já na Bíblia encontramos indicações genealógicas e Homero, nas suas obras clássicas, a “Ilíada” e a “Odisséia”, se refere à Genealogia relacionada aos príncipes gregos e aos Deuses Olímpicos. Aqui encontramos uma explicação, porque tantas vêzes a pura vaidade se serviu — e se serve ainda — das “árvores genealógicas” com a única finalidade de descobrir o número mais alto de “ancestrais nobres” com o respectivo “indivíduo”.

Pois na Antigüidade, isto é, nas lendas do passado, os reis e os príncipes em geral descendiam dos deuses e possuíam, daí forças físicas (e em poucos casos também morais), fora do comum, que se transmitiam aos seus descendentes — muitas vêzes ilegítimos — os quais, desta maneira se destacaram do resto da humanidade. Conseqüentemente, êstes eram os mais indicados para governar. Mais tarde, aquela descendência nobre passou para um terreno puramente social, do qual, então, resultou o desêjo de certas pessoas vaidosas, que existiram em tôdas as épocas, de se construírem tais “descendências nobres ou ilustres” para ocupar um lugar mais elevado na classificação social, sem pensar que se tornam sòmente ridículas e sem lembrar-se que antigamente (e isto vale também hoje ainda, no mínimo teòricamente, embora na prática existam inúmeras exceções), sòmente a “elite” era predestinada aos cargos elevados do govêrno. Rastros daquêle pensamento encontrávamos, como já dissemos, antigamente na hereditariedade da corôa nas Casas Reais, pois essas Casas, em muitíssimos casos, descendiam, lendariamente, de qualquer herói mitológico ou divino, — um pensamento que nos nossos dias se manifesta ainda na “Genealogia da Casa Imperial do Japão”, onde o Imperador é considerado descendente do Céu; e Aga Khan recebe a sua autoridade sôbre milhões de adeptos fanáticos da sua crença por ser descendente de Ali, genro do próprio Maomé, fundador da religião muçulmana. O Negus da Abissínia, por sua vez, é considerado — no mínimo pelo seu povo — como descendente de uma relação entre o Rei Salomão e a Rainha de Sabá, etc., etc. (art. 2 da Constituição da Etiópia).

Mas voltando para o “material científico”, sôbre o qual a Genealogia se baseia, sabemos que, por exemplo, já em 300 a. C., Manethon de Sebenytos, um sacerdote egípcio, deu, na sua monumental obra histórica, da qual infelizmente se conser-

varam somente fragmentos para os nossos dias; uma relação dos faraós egípcios, dividida em 30 dinastias. Possuímos as “tabelas dos faraós” de Karnack, ou as de Sakkara, contendo 58 dos reis do Egito, começando com Miebis até Ramsés-o-Grande, a relação dos Reis de Abydos, etc.

Indiscutivelmente, naquele material antigo se mistura, na maioria dos casos, verdade com lenda ou crença, pois não existia ainda então a “ciência exata” dos nossos tempos. Porém, aquêl material nos revela que já naquele tempo o valor de um “estudo genealógico” era reconhecido.

Um valor juridicamente mais importante ganha a Genealogia no Império Romano, sobre cujo “direito” se constrói a jurisprudência de quase todos os Códigos modernos.

Na Idade Média, as provas da descendência livre (2) — e nobre — eram necessárias para a participação nos torneios dos cavaleiros, para a admissão às ordens eqüestres e aos capítulos eclesiásticos dos cônegos; também se exigiu a prova da “filiação” em casamentos legalmente justos, não só das famílias da alta nobreza, mas também entre os “patrícios”.

E’ evidente que tais exigências, em muitos casos, abriam as portas às falsificações. E enquanto se procurava, em determinadas épocas, o início de uma família nobre, isto é, o seu fundador, nos graus mais altos da nobreza, quando mesmo a nobreza relativamente modesta queria explicar a sua origem no sangue azul de uma Casa Real, a Genealogia ofereceu a possibilidade, para aquêles que se deram ao trabalho de investigação nos arquivos e bibliotecas monásticas, por exemplo, de “ganhar o pão” (ou um alto cargo administrativo) por falsificações mais ou menos inteligentes; ou por adulação, muitas vezes em forma poética, exemplos que encontramos em muitas obras literárias do passado.

Os séculos XVII e XVIII deram à Genealogia tal importância, que se ministrava o seu conhecimento nas Universidades. Era um ramo da cultura geral, familiar a todos que possuíam uma instrução um pouco mais elevada. Especialmente os historiadores e os juristas, pelas razões acima mencionadas, se ocuparam naqueles séculos com os estudos e pesquisas genealógicas.

Depois começou também neste terreno a decadência, por último causada pela Revolução Francesa, que declarou a igualdade de cada indivíduo (no mínimo no papel paciente). Agora, durante o período posterior à Revolução Francesa, a descendên-

(2). — O famoso “Sachsenspiegel”, um dos mais importantes livros alemães de direito da Idade Média (1222), exigia de um homem livre a prova de quatro ancestrais livres.

cia nobre era perigosa, aos nobres eram as “précieuses ridicules”; e a origem de muitos dêles, isto é, os seus feitos heróicos nos campos de batalha em favor da própria Nação, ficou esquecida, vindo o estudo daquela ciência limitar-se aos relativamente poucos cientistas particulares, nos arquivos e nas bibliotecas.

Parece-nos, porém, que no nosso século começa-se a compreender o valor científico da Genealogia, devido à sua relação com os mais variados ramos do saber, dos quais falávamos na primeira parte de nosso trabalho; e não por causa de uma orientação política errada, como a ideologia hitleriana, por exemplo, que tentava utilizar-se das descobertas científicas para fins deploráveis, como a prova da “descendência ariana”, exigida pelo Partido.

Convém aqui, talvez, estudar-se um pouco o desenvolvimento da “literatura genealógica”; compreende-se facilmente que o número de publicações é quase ilimitado; bem como o número dos assim chamados “Institutos Genealógicos, heráldicos, nobiliárquicos”, etc. que nos últimos tempos crescem sempre mais, embora nem todos tenham fins puramente científicos, ou seja, sérios. Muitos dêles estão infiltrados por pessoas cujos esforços se limitam na “justificação” dos seus títulos mui curiosos e duvidosos, conferidos por “instituições” abertamente declaradas como falsas pelas autoridades mais competentes, seja a Igreja, ou outras, que, em várias e repetidas publicações (**Osservatore Romano**, de 22-3-1953 ou informações da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, de 7-8-1957) negam qualquer valor a muitos títulos e condecorações conferidos aos incautos no País, por impostores ou representantes, — às vêzes ingênuos — de ordens “Sagradas, Militares, Equestres, Cavalheirescas, Constantinianas, Capitulares, Soberanas (sem ter soberania nenhuma), Nobiliárquicas, e mesmo Religiosas, Angélicas, Celestes, Lascáridas, Imperiais, Reais, etc.” que em parte existiram em séculos anteriores, porém por razões diversas foram extintas. Ainda recentemente divulgou-se uma comunicação que aumenta a sua importância pela indicação de que “qualquer representação, portanto, da Autoridade Eclesiástica em solenidades de tais ordens não significa reconhecimento algum por parte da mesma autoridade, de ordens que não sejam aprovadas pela Santa Sé” (3).

Existem em muitos países órgãos oficiais, ou semi-oficiais, mas reconhecidos pelo respectivo Govêrno, que se ocupam com

(3). — V. *Revista Genealógica Latina*, 1957-1958, págs. 8 e 9.

tais “títulos e condecorações ridículas”; e êstes órgãos idôneos, em uniformidade exemplar e admirável, por intermédio dos seus departamentos jurídicos, negam qualquer valor a tais “enobrecimentos” dos últimos tempos, pois todos aquêles direitos, por convênios internacionais, passaram às verdadeiras “soberanias” sobreviventes da História; sendo, aí, a modestia a maior proteção contra o “ridículo”. Existe, naturalmente, determinados direitos do passado de certas pessoas, que caíram no “esquecimento”, mas êstes direitos, se de fato possuem o fundamento legal, podem ser sempre reconhecidos perante qualquer Tribunal competente ou instituição à qual caiba tal decisão. E mesmo — se num ou outro caso — certas pessoas, por um antigo soberano são tratadas com os seus “pretensos” títulos **por cortesias**, ainda — juridicamente falando — não significa o reconhecimento do respectivo título. E numa sociedade honesta, uma pessoa que “criou o seu nome” devido aos próprios atos reconhecidos no campo da ciência, da devoção, ou qualquer outro, merece uma consideração muito mais elevada do que um dos falsos condes ou príncipes que invadiram, infelizmente, como paraquedistas ou parasitas, a sociedade atual de muitos países, e cujos títulos, na maioria dos casos, podem ser chamados “de equatoriais”, pois vindo muitos dêles depois da II Guerra Mundial da Europa, só tendo ultrapassado a linha do Equador, “descobrem” os respectivos titulares a sua descendência “tão nobre quanto falsa”.

A mesma cautela é necessária no campo das publicações a respeito da Genealogia. “O papel aceita tudo”, diz um velho provérbio, querendo, desta maneira explicar que nem tudo o que se encontre escrito ou impresso, de fato traduz a pura verdade e merece fé. Daí também as respectivas publicações serem divididas entre aquelas, cuja honestidade e veracidade são absolutamente reconhecidas, e as que onde a “verdade e a imaginação” — para evitar a expressão “a falsificação e desonestidade” — se misturam. Existem, naturalmente, também muitas publicações escritas por cientistas que agiram de boa fé, mas que cometeram, num ou outro caso, erros lamentáveis, embora involuntários, que diminuem o valor da obra.

Antes de mais nada podemos classificar estas publicações tôdas — fora da subdivisão em legítimas, sérias ou falsificadoras — em dois grupos principais:

- 1). — as teóricas, isto é, aquelas que se ocupam com as questões gerais e básicas; e
- 2). — as práticas, que se relacionam com determinadas famílias ou pessoas, individualmente consideradas.

Estas últimas servem, geralmente, para a indicação e o estudo da descendência de um indivíduo. Constituem uma parte do material sôbre o qual se baseia a “árvore genealógica”, isto é, a representação “gráfico-ilustrativa” das relações de parentesco dos vários membros de uma família. Imita, em geral, uma árvore, onde a raiz representa o casal fundador da família, sendo os descendentes representados pelos inúmeros ramos que se estendem. Biològicamente muito importante é a “tabela consanguínea”, que mostra a inter-relação dos membros consanguíneos de uma família, de um lado; e aquêles que para ela entraram, por intermédio de casamentos. A linha principal, naturalmente, é aquela do “chefe da família”, e não aquela que tem a sua origem num filho mais moço.

O ideal, nestas investigações, seria naturalmente, não só a indicação da data do nascimento, do casamento e da morte de cada pessoa constantes da “árvore genealógica”, mas um “arquivo completo” o mais possível de cada um dos membros, mencionando tôdas as suas datas biográficas, características biológicas, físicas e morais, moléstias, especificações mais importantes, bem como retratos dos vários períodos de vida, indicações grafológicas, etc. Então, a Genealogia de fato teria alcançado o seu verdadeiro propósito. Porém, por falta de material suficiente, na maioria dos casos, devemos satisfazer-nos, especialmente nas investigações de pessoas de famílias não-nobres, com indicações mais simples, as quais, sòmente com um zêlo especial e incansável, como no trabalho de um mosaico, podem ser, aos poucos, aumentadas. Daí, abre-se ainda um campo imensamente vasto para qualquer pesquisa no terreno.

A tabela dos ancestrais mostra a linha “ascendente” de um indivíduo e de seus irmãos. Esta forma de representação genealógica é, em geral, escolhida para fins históricos, jurídicos, etc.; enquanto a outra forma, a “descendente” que parte do fundador da família, se ocupa com as gerações sucessivas do indivíduo, possuindo esta representação finalidades mais variadas.

A ordem social-jurídica, na maioria dos países de hoje, dá um valor maior à “descendência paternal” (e não da linhagem materna), embora biològicamente, a linhagem materna mereça a mesma consideração, pois os característicos se transmitem, não só pela parte masculina, como, também, pela parte feminina; e como parece, em muitos casos possui a parte feminina uma maior “capacidade de transmissão”, lembrando-se aqui sòmente o caso da hemofilia, que, conforme as descobertas médicas, parece ser transmitida quase sòmente pelo ascendente feminino para certos membros masculinos da respectiva família.

Històricamente, merece a predominância da “descendência paterna” especial interesse, pois na maioria dos paíes monárquicos, sòmente os filhos, e não as filhas, podem ser herdeiros da corôa. São os paíes, onde a “lei sálica” domina. Em outros, como na Inglaterra e na Holanda, por exemplo, esta lei não impera, e daí o fato de uma princesa poder subir ao trono. Um exemplo històrico, juridicamente muito interessante, é aquêle da Imperatriz Maria Teresa da Austria (1740-1780) cujo direito ao trono foi justificado pela “sanção pragmática” de 1713, que modificou, desta maneira, o direito da sucessão anteriormente orientada pela “lei sálica”, excluindo as filhas da corôa.

E’ a mesma lei sálica que regulou os direitos hereditários na maioria dos paíes europeus, onde havia regime monárquico, limitando os direitos dos descendentes de casamentos morganáticos, isto é, casamentos entre um membro da família dinástica com um membro de uma família não-nobre ou de pequena nobreza (por “morganático” se entendem também os casamentos “à mão esquerda” de certos príncipes — no passado — casamentos em parte mesmo religiosos, porém com direitos civis limitados, que não davam à espôsa nem aos filhos todos os direitos, como o uso do nome do espôso e respectivo pai, etc.).

Neste ponto, naturalmente, o “arquivo das famílias” oferece material precioso, pelo que, em geral, o “arquivo” devia tornar-se uma instituição de tôda família, guardando qualquer documento, seja no original, seja na cópia autenticada, tais como certidão de nascimento, casamento, atas, diplomas, informações sôbre moléstia, acidente, cartas importantes, brasões, fotografias, autógrafos, etc.

O desenvolvimento no terreno dos estudos genealógicos significa também a criação de “associações e sociedades de certas famílias inter-relacionadas”, a fim de estudar-se em conjunto, a genealogia de cada uma. Tais “organizações” são, atualmente, bem comuns na Europa, onde em geral se verifica um novo florescimento dessa ciência tão importante, pois hoje ninguém mais poderá negar que a Genealogia exerce forte influência sôbre muitos ramos do conhecimento humano.

Tentemos, agora, delimitar o que entendemos por Genealogia:

- 1). — o estudo das famílias, suas origens, continuação e descendentes; ou
- 2). — as relações entre os indivíduos de várias famílias e as consequências jurídicas, històricas e biológicas; ou

3). — a investigação científica e a compreensão filosófica dos destinos de nossos ancestrais e seus parentes, para indicar sòmente algumas das mais importantes concepções da matéria. O florescimento da Genealogia exige, naturalmente, também um entendimento internacional entre as diversas instituições idôneas que dela se ocupam.

A seguinte tabela, por exemplo, mostra as abreviações, quase internacionalmente em uso:

*	nascido em...
(*)	filho natural, nascido em...
+	morreu
o	noivado
oo	casamento
o/o	relação ilegítima
++	extinto

Para representações gráficas, usam-se, igualmente figuras geométricas com o seguinte significado:

um quadrado — sexo masculino
um círculo — sexo feminino
um triângulo — sexo desconhecido

Em publicações médicas podem-se encontrar os seguintes sinais:

♂ — masculino.
♀ — feminino.

Um sinal como êste

$$\begin{array}{c} A \text{ oo } B \\ \underbrace{\hspace{1.5cm}} \\ C \text{ D } E \end{array}$$

significaria que C, D e E são filhos do casal A e B. Se a linha fôsse interrompida, $\underbrace{\hspace{1.5cm}}$ indicaria que a filiação é ilegítima.

Caso se escolha, por qualquer razão, uma só pessoa dentro de vários irmãos, esta representação gráfica

$$\begin{array}{c} A \\ \updownarrow \\ B \\ \updownarrow \\ C \end{array}$$

indica que A é pai de B, e B é pai de C.

Linhas interrompidas indicam que o parentesco é duvidoso, ou não está confirmado.

*

A forma hodiernamente mais usada na representação das assim chamadas “árvores genealógicas” é a seguinte: começa-se com a pessoa ainda viva ou em questão (comprovante) e segue-se para os seus ancestrais mais antigos possíveis, passando-se de geração para geração, deixando eventuais avós, bisavós, etc., cujos nomes ou datas são desconhecidas, em branco, a serem preenchidas na primeira oportunidade.

O uso de fichários facilita, em muito, tais trabalhos. E’ também necessário indicar-se, além do nome da família, todos os nomes de batismo (por exemplo, José Carlos Armando Francisco de Almeida) e, se houver, apelidos, etc. O fichário acima mencionado deve, naturalmente, manter também indicações sobre a profissão, a religião, nacionalidade, e qualquer outra data ou indicação importante, referências aos livros competentes, registros, etc., onde a pessoa seja mencionada.

E’ indispensável que se mencionem todos os filhos, inclusive aquêles que morreram bem jovens, e mesmo os filhos naturais. Também os pais adotivos devem ser assinalados, bem como os padrastos, etc. Embora os pais adotivos, biologicamente falando, não apresentem nenhum valor, sob o ponto de vista jurídico podem ser de grande importância.

Convém, desta maneira, organizar-se um fichário o mais completo possível, igualmente para todos os ancestrais, indicando-se tôdas as fontes existentes. Em caso de ausência de datas de um ou outro membro, às vêzes — especialmente na Europa — um anúncio em jornal especializado ou numa revista heráldico-genealógica, solicitando-se informações, deu resultados satisfatórios.

O trabalho honesto na reconstituição dos ancestrais não é sempre tão simples, como talvez no início pareça. Daí já bem cedo, na história da Genealogia, haver-se desenvolvido o apêlo para certos recursos que poderiam facilitar a tarefa. Um desses recursos mais úteis é a enumeração. A mais simples (e a mais usada, também) foi inventada pelo espanhol Jerônimo de Souza (1676) e reintroduzida, no “Estudo Científico da Genealogia” por Kerkule de Stradonitz (1898), sendo geralmente denominado “método de Kerkule de Stradonitz”. Consiste no seguinte:

o “probante” recebe o número 1

o pai o número 2

a mãe o número 3

os avós paternos e maternos os números 4-7, etc.

Este método tem, entre outras vantagens, a seguinte: — com a exceção do probante, que pode ser naturalmente de sexo masculino ou feminino, todos os ancestrais masculinos recebem números pares, e os membros de sexo feminino, ímpares. Pode-se, também, indicar cada geração com um algarismo romano.

Organizando-se as “árvores genealógicas” por este processo, poder-se-ia definir a Genealogia da seguinte maneira: é a ciência que nos dá, entre outras, uma noção e um aspecto geral dos diversos membros de uma família, mostrando quais os membros que se destacaram em prol da humanidade. Neste pressuposto, permitem-se também certas conclusões a respeito de uma “elite” — que sob hipótese alguma — se limita somente às famílias nobres, uma “elite”, dizíamos, cuja finalidade (e origem igualmente) se fundamenta sobre uma “ascese” absoluta, onde devemos entender o termo de “ascese” no sentido espiritual, não permitindo nenhum compromisso por parte da semi-instrução e semi-formação espiritual-intelectual.

Considerando-se, ainda, a Genealogia por seu puro valor científico, podemos, talvez, também descobrir como — por exemplo, um bisavô de origem eslava, ou mediterrânea, ou negra, povos que possuem, em geral, um talento musical e rítmico fora do comum — influenciou o aparecimento de um músico na família, ou um avô prussiano deu origem a uma vocação militarista, enquanto talentos econômico-comerciais podem ter a sua origem na descendência de raças da Ásia Menor, de judeus, sírios, armênios, etc.

Naturalmente, possibilitam também tais “misturas de raças” igualmente a conclusão a respeito de formas de “desequilíbrios” ou de tensões internas. Em muitos casos se fala da herança, em grande parte “negativa” dos ancestrais misturados, embora haja aqui, naturalmente, também o momento psicológico que nos permite explicar algumas destas “tensões” por complexos “freudianos”.

Assim, historicamente falando, os grandes adversários causaram, a seus descendentes, muitas vezes, tais “tensões”, que os levaram à desgraça ou — em casos extremos — à loucura.

Exemplo típico é o de Bernabó Visconti di Milano, um dos mais cruéis príncipes da Renascença Italiana, cujas filhas riquíssimas se casaram com membros das dinastias da Baviera, da Austria, com o rei de Chipre, com o príncipe Francesco Gonzaga de Mântua (esta filha, Agnes, foi condenada, por infidelidade, à morte, em 1391), com o Conde de Kent e com Giovanni Galeazzo di Milano. Entre os seus netos, um bom número herdou-lhe o caráter. Isabela, casada com o Rei Carlos IV da França, tinha relações com o próprio cunhado, o Duque de Orleans; Giovanni Maria Di Milano foi, devido a seu caráter tirânico, assassinado na Igreja, com apenas 23 anos (1412).

Porém, aventureiros, como o Duque Ernesto de Steiermark, com caráter de um cavalheiro perfeito, irmão do pródigo Frederico com “o-bolso-vazio” (1432-1439), ou Albrecht o “Pródigo” (1418-1463), encontram-se entre os descendentes do Príncipe Bernabó, bem como Albrecht o “Pio” (1401-1460), famoso pelo seu amor pela linda burguesa Agnes Bernauer, assassinada pelo pai de Albrecht, ou Frederico o “Sábio” (1463-1525); o Imperador Maximiliano I (1459-1519) — êstes últimos membros da 4a. e 5a. gerações — onde influências hereditárias de casamentos biologicamente felizes nivelaram os maus aspectos.

Por outro lado, reis tirânicos, como Henrique VIII da Inglaterra ou Cristiano II da Dinamarca (1513-1523) contam com Bernabó entre os seus ancestrais, tendo o segundo por três vezes o Bernabó na sua árvore genealógica.

A maneira por que se manifesta o ódio familiar ou a adversidade nos descendentes, mostra tipicamente a infeliz Joana-a-Louca, da qual já falamos muitas vezes. A sua “árvore genealógica” mostra uma grande perda de ancestrais; desce cinco vezes de Afonso XI da Castela (1312-1350) e da sua amante Eleonora de Gusmão. Em vez de 64 ancestrais, tem somente 45, muitos dos quais eram ainda grandes inimigos. A espôsa de Afonso XI — naturalmente — odiava a bela Eleonora e mandou matá-la, depois da morte do rei. Seu filho, Pedro-o-Cruel, odiava o irmão, e a história da família é cheia de assassínios. Os bisavós de Joana eram tio e sobrinha; sua avó materna tornou-se louca; a filha desta, Isabela, parece não ter sofrido estas influências, que tão fortes se manifestaram então na própria Joana. Os pais, por sua vez, tinham caracteres bem contrários: a mãe com um senso moral e fôrça de vontade firmes, o pai calculista, egoísta e falso. Mas, enquanto encontramos muita inimizade entre os ancestrais de Joana, constata-se, ao mesmo tempo igualmente, grande amor. Dezesseis dos seus ancestrais eram

frutos de relações ilegítimas, sendo parentes de Pedro I e da infeliz Inês de Castro, e talvez neste fato se encontre uma explicação de seu amor doentio pelo marido morto, Felipe-o-Belo.

Uma descendente desta Joana-a-Louca era Luisa da Toscana (1870-1938) que conta Joana não menos de que 612 vêzes entre os seus ancestrais. Luisa da Toscana era a espôsa do Príncipe Herdeiro da Saxônia, e deixou, em 1902, o seu marido e cinco filhos menores, para fugir com o preceptor dos próprios filhos, casando-se mais tarde, com o compositor Enrico Toselli.

Por outro lado, a Imperatriz Maria Teresa da Áustria, apesar de “ancestrais desfavoráveis”, tornou-se uma das maiores regentes da História, e conta, entre os seus descendentes, tanto Maria Antonieta da França e Maria Luisa, a segunda espôsa de Napoleão, como também a primeira imperatriz do Brasil, d. Leopoldina.

Vemos, desta maneira, que campo amplo o estudo da Genealogia oferece, especialmente associada a outras ciências, entre as quais a grafologia (caso me seja permitido chamá-la de “ciência”) ou a Iconografia. A Iconografia é um ramo relativamente pouco desenvolvido da Genealogia. Foi o médico francês V. Galippe, que, em 1905, escreveu o livro *L'Hérédité des Stigmates de Dégénérescence et des Familles Souveraines*, no qual se servia de retratos dos membros de várias famílias, para apontar traços e característicos comuns entre alguns membros dessas mesmas famílias. Assim se podiam provar as “relações namorosas” e as “consequências” de determinadas pessoas históricas, tais como do dr. Struensee e da Rainha da Dinamarca; ou negar tais relações amorosas, como no caso de Catarina II da Rússia, cujo filho não provinha da ilegitimidade do oficial Setykoff, mas era filho verdadeiro do infeliz marido da Imperatriz, pois a semelhança do retrato prova isso claramente.

Este estudo comparativo com a Iconografia oferece, naturalmente, algumas dificuldades, uma vez que os retratos antigos nem sempre eram tão fiéis como a fotografia moderna.

Naturalmente, não se pode aceitar qualquer teoria ou fonte no estudo genealógico com “olhos fechados”; porém, eventuais filhos ilegítimos ou naturais podem interessar do ponto de vista jurídico ou histórico de maneira especial, não sendo tão importante do ponto de vista biológico, desde que o que vale aqui é justamente o número imenso dos nossos ancestrais, onde a relação de um eventual filho natural é talvez menos de 1 : 10.000.



III

LITERATURA GENEALÓGICA.

Como já se disse no capítulo anterior, a literatura genealógica é antiqüíssima. Encontramos referências dêste tipo na Bíblia, nas obras de Homero, nos documentos egípcios, etc.

Na Europa, a literatura do fim da Idade Média até ao século XVI é, em geral, encontrada em forma de crônicas, isto é, uma narrativa de fatos mais ou menos verídicos — muitas vêzes em latim e poucas no vernáculo — começando na “Idade Clássica”, e abrangendo as casas reais e principescas, pois no início quase só êste gênero de famílias possuía “crônicas” genealógicas. Tentaram, estas famílias, “provar” a sua descendência de qualquer herói mitológico, passando depois para os grandes autores latinos como César ou Tácito, por exemplo, continuando nas lendas medievais, e só ao chegar à época das Cruzadas, começava-se a cogitar num estudo de “fontes científicas”, arquivos, bibliotecas, etc. A importância dêste trabalhos encontrava o seu ponto culminante justamente na prova de uma descendência heróica; e há poucas famílias que não mencionaram, no mínimo, Carlos Magno entre os seus ancestrais. Isto vale tanto para a França como a Itália, a Espanha, a Alemanha e outros países.

Mencionamos aqui, como exemplo, as obras de Benevenuto di São Giorgio, as **Series Marchionum Montiferrati**; François Rosières, **Stemmata Lotharingiae ac Bari ducum**; o famoso Abade Trithemius (1462-1516) **Chronicon Ducum Bavariae et comitum Palatinorum Rheni**; ou Edmond Boulay, **Les généalogies des Princes de Lorraine**.

Porém, pouco a pouco, as “tabelas genealógicas” começam a ocupar um lugar mais importante do que a mera “narração lendária”, e agora se permite, também, uma classificação mais exata entre aquelas publicações em dois grupos principais: os “sérios” e aquelas que serviam somente à vaidade de certas pessoas ou famílias, uma classificação que até hoje está em rigor, pois os “coleccionadores de títulos ou condecorações falsas” ainda continuam.

O século XVII, então, está marcado como sendo o século durante o qual a compreensão de uma crítica genealógica se cristaliza.

O país mais interessante e mais importante da época também devido ao seu lugar político entre as outras nações é a França.

Aqui, acompanhando o desenvolvimento geral no campo da literatura, pois é o século da fundação da **Académie Française** (1636) e da atividade literária de Racine, Corneille e Molière, as publicações genealógicas logo ocupam um lugar de destaque. Os irmãos de Saint-Marthe publicaram a primeira história genealógica da dinastia dos “Capetos”; André Duchesne — um dos mais importantes estudiosos neste campo — publicou os doze fôlios da genealogia de famílias nobres, cujo valor documentário até aos nossos dias é ainda reconhecido. A teoria é tratada por Jean le Laboureur e Claude François Ménestrier, cujo **Glossarium mediae latinitatis**, mesmo para nós, ainda representa um manual importante. É Ménestrier que mostrava o valor da ciência documentária no terreno da Genealogia. O Padre Pière Anselme de Guibours estudou pessoalmente, com um zelo inigualável, os documentos de mais de cem famílias nobres, remontando até a Idade Média, e publicou os dez volumes da **Histoire Généalogique de la Maison de France, des Pairs et des Grands Officiers de la Couronne**. Um dos nomes mais famosos no assunto é o da família D’Hozier, que durante cinco gerações oficialmente investigou os títulos nobres da França, constituindo esta família o horror dos falsos nobres, pois somente documentos verídicos, e nada mais, nem a mais bela “tradição familiar” merecia crédito daqueles investigadores in-subornáveis. Pière D’Hozier é o membro mais famoso desta família, autor da coleção **De la Chevalerie Ancienne et Moderne** (1683).

O contrário deste cientista D’Hozier é Thaumassière, e mais ainda Jaudicquer de Blancourt, que fabricou o seu próprio título nobiliárquico, continuando com uma publicação sobre falsos nobres, **Nobilière de la Picardie**, e que terminou, devido ao grande número de falsificações, na prisão.

As publicações francesas, no século XVIII, continuam com nomes, tais como Guy Allard, Jacques Chevillard, Lobieau, Vaissette e Dom Pelleter, autor de **Nobilière de la Lorraine**, sendo assassinado por não ter incluído no seu **Nobilière** certos nobres de descendência duvidosa, enquanto François Aubert de la Chesnaye des Bois (1757) começou a publicação dos seus 15 volumes sobre a nobreza francesa, aceitando sem provas qualquer árvore genealógica, desde que o seu “freguês” fizesse uma assinatura da obra completa.

Obras importantes e boas, que eram escritas no fim do século XVIII, não foram mais impressas devido ao avanço da Revolução Francesa. Mencionamos, ainda, os trabalhos do Abade Joseph Nadaud, como um destes exemplos.

O século XIX mostra, no início, ainda a influência da Revolução, porém, durante a segunda metade encontram-se algumas obras de valor, sendo a mais importante aquela do Conde E. A. de Foras, **Armorial et Nobilière de Savoie**, começando em 1863 e terminando, conforme as notícias e indicações do Conde de Foras, em 1938. Outro trabalho interessante é o do Conde H. Frotier de la Mésselière.

O que se cristaliza, agora sempre mais, é a idéia dos “vários problemas da Genealogia”. Raoul de Warren, por exemplo, escreveu um livro sobre os quase inúmeros **Prétendants au Throne de France**, incluindo os membros das famílias dos Merovíngios, Capetíngios, Bourbons, Freemann, Napoleão, Bourbon-Naundorff, etc.

Welmont de Brumagne publicou (1923-1935) cinco volumes da **Noblesse Française**, com indicações bio-estatísticas.

*

A Espanha possui uma bibliografia assaz numerosa, porém nem tudo resiste a uma crítica severa. Entre as obras mais importantes podem-se mencionar o **Diccionario heráldico-genealógico de apelidos espanholes y americanos** dos irmãos Garcia Caraffa (1916-1936), que infelizmente não é sempre muito exato, não sendo de se esquecer a **Gran Casa de Lara (1694)** de Salazar y Castro, igual em valor aos franceses Duchesne e Padre Anselmo.

Dos genealogistas portugueses, além de Silveira Pinto, do século XIX, e de A. C. Souza, Manuel da Costa Felgueiras Gayer alcançou uma consideração mais ampla. Naturalmente, também neste país, as publicações atingem um número bem considerável.

Na Itália, temos, igualmente, um grande número de publicações genealógicas, embora muitas delas tenham sido feitas por aduladores. Exceções dignas de nota constituem o florentino Albizzi, que publicou, em 1610, uma coleção de genealogias de príncipes europeus, e o siciliano Sosa, que escreveu a **Gran Casa de Villafranca (1676)**. O nome mais importante é o do Conde Pompeo Litta, que a partir de 1818 publicou a sua coleção **Famiglie Celebri Italiane** onde procurou fundamentar-se numa documentação altamente fidedigna, consumindo todos os seus esforços e uma boa parte da sua fortuna na realização des-

ta obra monumental, a qual alcançou entre os seus sucessores, até a segunda Guerra Mundial, mais de 250 continuações seguidas, indicando-se não somente os nomes, mas também pequenas biografias, ilustrações, fotos, brasões, etc.

As publicações genealógicas, na Itália, continuam ainda sendo bastante numerosas, porém é preciso encarar-se a sua maioria com a maior cautela, pois justamente esta “cautela” nem sempre foi observada pelos seus autores.

A Suíça conta, entre os seus genealogistas o nome de François Guillimann, que escreveu, em 1605, a **Habsburgica de Antiqua et vea Origine**, um estudo importante, com indicações das fontes, documentos e provas. Atualmente, trabalha na Suíça um dos genealogistas mais importantes do nosso tempo, o Prof. Otto Fonst de Battaglia, que publicou várias obras de relêvo, entre as quais deve-se mencionar a **Wissenschaftliche Genealogie**. Continua êle o trabalho de Merz, Friedrich Hegi e August Burckhardt.

Também na Bélgica um interêsse mais acentuado desenvolve-se atualmente, contando-se publicações como **La Belgique héraldique**, ou **La Noblesse Belge** que constituem as provas mais evidentes dêste interêsse.

Na Rússia pré-revolucionária, o Príncipe Dolgorukij fêz as primeiras tentativas em 1855. Embora suas obras despertassem alguns discípulos, a Revolução interrompeu os estudos neste assunto.

A Inglaterra tinha, especialmente desde o início do século XVIII, alguns cientistas que se ocupavam com o estudo da Genealogia. A. Collins publicou a **Peerage of England** (1709), Th. Madox, Th. Watton, Douglas, J. Lodge são entre outros os nomes dos que continuaram neste campo de pesquisas, servindo-se muitas vêzes das obras de Sir William Dugdale e Roger Dodsworth, sendo êste último o autor da **Baronage of England** (1675-1676), passando quase a vida inteira investigando no setor da Genealogia. Obras importantes da atualidade são **Peerage and Baronetage of the British Empire, Extinct Peerage**, e a famosa obra de Long, **Royal Descents** (1845).

A Holanda se destaca com Abraham Ferwerdas, **Wapenboek van de zeven Provinciën** (1760) e a mundialmente famosa obra de J. M. Rietstap, **Planches de l'Armorial Général**.

A Alemanha, finalmente, iniciou, além das “crônicas” de um valor muito relativo, com Nicolau Rittershusius (1654) que publicou a **Genealogiae Imperatorum, Regum, Ducum**, etc. A êle sucedeu Johann Wilhelm Imhof, autor de um manual de

história da alta nobreza alemã, que inclui também as famílias nobres da França, da Espanha, Portugal, Inglaterra e Itália; não sendo porém nesta parte muito exato, pois limitou-se a copiar de compêndios estrangeiros inidôneos.

Mais merecedor de fé foi Philipp Jacob Spener, autor do **Theatrum Nobilitatis Europaeae** (1668-1678), onde trata da nobreza de quase tôda a Europa, da Espanha até a Polônia, da Suécia, etc. Desta obra disse um crítico severo: encontram-se poucos erros e nenhuma falsificação.

Todavia, durante o século XVII, também na Alemanha continua, em muitas obras, a predominância da idolatria e não da crítica das fontes. Johann Christoph Gatterer (1727-1799), um historiador de importância, ocupava-se nas suas **Noções de Genealogia** com os problemas jurídicos, sociais e da crítica, embora sem ainda incluir os valores biológicos. Também R. F. Telgmann e George Ester estudaram a Genealogia sob o ponto de vista teórico.

Importantes, como obras básicas, são as **Tabelas Genealógicas** (4 vols. 1708-1733) de Johann Huebner; e o **Léxico genealógico-nobiliárquico** de F. Gauhe (1719).

Um passo enorme deu-se no campo da Genealogia com a publicação do **Almanach de Gotha** por Justus Perth em 1763, edição que foi continuada até a Segunda Guerra Mundial, e que se considera como a obra padrão da Genealogia, seja do ponto de vista de sua exatidão, seja do ponto de vista da honestidade e da imparcialidade absoluta. O assim chamado **Gotha** incluiu, de início, somente as Casas Reinantes e Principescas do Sacro Império; a partir de 1825, apareceu, então, também uma edição dos "Condes"; e a partir de 1848, dos "Barões", sendo seguida em 1900 por edições referentes a "arqui-nobreza" (da espada) e da nobreza velha e simples.

Aquêlê **Almanach de Gotha**, encontrou um sucessor no **Manual da Nobreza (Handbuch des Deutschen Adels)**, publicado pelo **Deutsches Adelsarchiv** (dirigido pelo Barão Friedrich von Ehrenkroog), representante oficial da nobreza alemã.

Dentre os genealogistas alemães da atualidade, merecem ainda ser mencionados o conde Wilhelm Ysenburg, Professor da Universidade de Munique e, além de Otto von Dungern, o professor Erich Brandenburg.

O mais alto grau de estudos genealógicos na América do Sul, conforme a opinião não contestada de um dos peritos mais conhecidos no assunto, Prof. Forst de Battaglia, pertence ao Brasil, onde o Coronel Salvador de Moya, há mais de vinte e cinco anos fundou o Instituto de Estudos Genealógicos que

publicou inúmeros estudos a respeito da Genealogia, além de uma interessante revista.

*

* *

Que o estudo da Genealogia suscita, hoje em dia, um interesse sempre crescente, mostram, igualmente os vários centros de estudos genealógicos nos E.U.A., onde especialmente a parte “prática-biológica” é estudada. As informações da **Heredity Clinic** atendem, em casos concretos, as consultas sobre as possibilidades da hereditariedade de anomalias físicas, quando surgem, entre médicos e leigos, muitas vezes, dúvidas, e onde os trabalhos bio-estatísticos provam seu valor demográfico. Muitas desgraças podiam e poderiam ser evitadas, desta maneira. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo existe um semelhante “Serviço de Informações”.

E se este desprezioso trabalho chamasse a atenção às diversas possibilidades que o estudo científico da Genealogia oferece na solução de muitos e diversos problemas da sociedade atual, o autor teria alcançado o seu propósito, mostrando o valor de uma ciência, hoje quase esquecida.

ENRICO SCHAEFFER

*

BIBLIOGRAFIA

- Otto Forst de Battaglia — **Wissenschaftliche Genealogie.**
George Armborst — **Genealogische Streifzuege durch die Weltgeschichte.**
Almanach de Gotha.
O. Lorenz — **Lehrbuch der gesamten wissenschaftlichen Genealogie.**
J. Jacquart — **La Généalogie moderne.**
A. de Maricourt — **Famille et Généalogie.**
F. Wecken — **Taschenbuch fuer Familienforschung.**
Dr. M. Cyran — **Missbildung und Erbkrankheiten.**
Helmuth de Haas — **Massenbildung oder Elite.**